

## ANEXO IV

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE  
COMPRA Nº ...../...., QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA  
FRIBURGO E A EMPRESA**

.....

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ..... em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo n.º 4269/2023** e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 163/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1- O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada para os serviços de SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL, para atender as necessidades de todas as secretarias, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

1.2- Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2- CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1- O prazo de vigência do contrato de seguro será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, a critério da administração Pública, até o limite de 60 (sessenta) meses, e o limite da quantidade e do valor para a espécie da contratação;

#### 3- CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO:



3.1 - Caberá à contratada emitir a(s) apólice(s) de seguro e entregá-las à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do empenho, através do e-mail apoiosmilpmnf@gmail.com ou infralog@pmnf.rj.gov.br, e o mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, com placa de veículo, classe de bônus, etc. A emissão das apólices se dará após o vencimento das apólices existentes. Para os veículos que não possuem, deverão ser emitidas apólices.

3.2 - A contratada deverá atender aos chamados do contratante no prazo máximo de 03 (três) horas;

3.3 - O prazo máximo para a execução dos serviços será de 30 (trinta) dias, contados da comunicação do sinistro, pelo contratante.

3.4 - O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do sinistro pelo contratante.

<b>Nome do requisitante:</b>	Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados
<b>Endereço:</b>	Avenida Alberto Brune 223-Centro – Nova Friburgo/RJ
<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

3.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.6 - Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.7 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1- O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ .....(.....).

4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5 CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E LIQUIDAÇÃO

5.1- As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Contrato e no Termo de Referência, correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	4.4.90.39.08 – Seguros em Geral
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	170400000017 170400000019
5.1.3	<b>Programa de Trabalho:</b>	<b>08.003.04.122.0011.2.035</b> – Manutenção da Frota Municipal de Veículos Leves <b>08.003.04.122.0011.2.036</b> – Manutenção da Frota de Veículos Pesados

5.2- As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

5.3- A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto n.º 258, de 27 de setembro de 2018.

6 CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1-O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto n.º 258, de 27 de setembro de 2018, e suas modificações definidas no Decreto n.º 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

6.2-A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

6.3- Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1- Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovadas.

7.2- No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7.3- No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4- Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5- Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7- Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

## 8 CLÁUSULA OITAVA – DO ENDOSSO

8.1- Caso o contratante adquira novos veículos, estes poderão fazer parte deste contrato, por meio de supressão e/ou acréscimo.

8.2- Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo Município e deverão ser processadas pela seguradora, mediante autorização do setor responsável pelo contrato.

8.3- A administração do contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, força maior, ou qualquer outro que atrase o cumprimento da obrigação, podendo, a seu critério, atribuir à responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos a uma comissão.

8.4- Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Município no período da vigência do seguro.

#### 9 CLÁUSULA NONA - DA FRANQUIA

9.1- A franquia considerada será de, no máximo, 4% (quatro por cento) do valor do veículo segurado conforme Tabela FIPE (<https://veiculos.fipe.org.br/>) ou, para os veículos que não constem da referida tabela, deverá ser observado o mesmo percentual máximo, utilizando-se como referência os valores constantes da tabela Via Consulti (<https://www.viaconsulti.com.br>), para veículos do Lote 1 e Lote 2;

9.2- A franquia será de 10% (dez por cento) em relação ao valor determinado para veículos do Lote 3, observando-se o que segue:

9.2.1- A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

9.2.2- Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Nova Friburgo - RJ, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com Ente Público, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice que se responsabilizará pelo repasse.

9.2.3- A franquia considerada é a reduzida, devendo ser observado o seguinte:

9.2.4- Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

9.2.5- De acordo com a análise por veículos e seus devidos bônus, poderão ser ofertadas franquias de valores menores.

9.2.6- Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

9.2.7- Em caso de sinistro, sem culpa de agentes da PMNF, e terceiro for o culpado pelo sinistro, deverá ser observado o seguinte:

9.2.8- Se o terceiro possuir seguro, o mesmo deverá arcar com os serviços a serem executados e com a franquia;

#### 10 CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIDAS ACAUTELADORAS E SUBCONTRATAÇÃO

10.1- Consoante o artigo 45 da Lei n.º 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco

iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10.2- Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO AVISO DE SINISTRO

**11.1-** A contratada deverá colocar à disposição do Município de Nova Friburgo, 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**11.2-** A central de comunicação poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**11.3-** Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo, cinco dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**11.4-** Havendo a necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de (2) duas horas após o aviso de sinistro.

## 12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REGULAÇÃO DO SINISTRO

**12.1-** Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e circunstâncias no prazo máximo de cinco dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**12.2-** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a PMNF poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

**12.3-** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da PMNF.

**12.4-** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

**12.5-** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da PMNF, não cabendo à contratada alegar quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**12.6-** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a trinta dias do aviso de sinistro de que trata o item 6 deste instrumento.

**12.7-** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

13.1 - Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

13.2- Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL

14.1-Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

14.2- Em caso de indenização integral, a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

14.3-Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora, incluído emplacamento e licenciamento além do devido encerramento de registro do veículo sinistrado em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1-Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

15.1.1- Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o Contrato;

15.1.2- Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

15.1.3- Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

15.1.4- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

15.1.5- Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

15.1.6- Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

15.1.7- Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Contrato e constantes no Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei n.º 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.



## 16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1- Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

16.1.1- Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

16.1.2- Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

16.1.3- Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para representá-la na execução do Contrato;

16.1.4- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

16.1.5- Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

16.1.6- Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

16.1.7- Fornecer à Secretaria de Infraestrutura e Logística os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados;

16.1.8- Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

16.1.9- Fornecer aos seus empregados e/ou terceirizados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

16.1.10- Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

16.1.11- Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística;

16.1.12- Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento.



## 17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - O descumprimento, por parte do licitante, das obrigações assumidas no Presente Edital e no Termo de Referência, ou ainda, o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

17.2- Comete infração administrativa a licitante que:

17.2.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.2.2 - Apresentar documentação falsa;

17.2.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.2.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.2.5 - Não manter a proposta;

17.2.6 - Cometer fraude fiscal;

17.2.7 - Comportar-se de modo inidôneo.

17.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.4- Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.4.1- Advertência;

17.4.2- Multa:

17.4.2.1- Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.4.2.2 - Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

17.4.2.3 - Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.4.2.4 - Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.5 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.7 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.8 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.9 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **18- CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RESCISÃO**

18.1- O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

18.2- Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

18.3- Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666, de 1993.

18.4- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

18.5- A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666, de 1993.

18.6- O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

18.6.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



18.6.3- Indenizações e multas.

18.7 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 4 (quatro) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

18.8 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18.9- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do presente serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18.10 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, através de comissão formada pelos servidores relacionados abaixo, que serão posteriormente nomeados através de ordem de serviço, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666, de 1993.

18.11 - Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente Contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Alan Figueira Correa	105.871	Gestor titular
Patrícia Oliveira Pimentel	199.018	Gestor substituto
Márcio André de Freitas Silva	115.190	Fiscal titular
Wanderson do Nascimento Ourique	100.533	Fiscal substituto

18.12 - O(s) fiscal(is) do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.13 - O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato;

18.14 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e no Contrato;

18.15 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei n.º 8.666, de 1993.

18.16 - No que tange às disposições relativas à forma de realização do serviço, devem prevalecer às estabelecidas no item 5 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, independentemente de transcrição.

## **19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

19.1- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **20- CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

20.1- Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **21- CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CONTROLE DA EXECUÇÃO**

21.1- O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, através de comissão formada pelos servidores relacionados abaixo, que serão posteriormente nomeados através de ordem de serviço na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666, de 1993.

21.2- A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

21.3- O fiscal ou gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá

comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no §1º do artigo 65, da Lei n.º 8.666, de 1993.

21.4- O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67, da Lei n.º 8.666, de 1993.

21.5- O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência, neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666, de 1993.

## **22- CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1- Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Município no período da vigência do seguro.

22.2- A administração do contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, força maior, ou qualquer outro que atrase o cumprimento da obrigação, podendo, a seu critério, atribuir à responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos a uma comissão;

22.3- As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste projeto básico.

22.4- Características individuais dos motoristas, como idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

22.5- Os veículos são conduzidos por servidores e motoristas e, enquanto no Município de Nova Friburgo, permanecem recolhidos em estacionamento privado.

## **23 – CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

23.1- Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

## 24 - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FORO

24.1- É eleito o Foro da Comarca de Nova Friburgo/RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

1-

2-